

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ata nº 4

Aos treze dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezasseis, pelas dezassete horas, reuniu-se, no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça 5 de Outubro em Cascais, o conselho municipal de educação, presidido, nos termos do número um, alínea a), do artigo 5º, do decreto-lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, pelo Sr. Presidente da Câmara de Cascais, Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Tomada de posse de novos membros;
3. Balanço do início do ano letivo;
4. Balanço da Semana da Educação;
5. Apresentação da equipa e da proposta de metodologia para a elaboração da Carta Educativa e do Plano Estratégico Educativo Municipal;
6. Aprovação do regulamento eleitoral para eleição dos representantes do Pessoal Docente;
7. Candidatura à organização do Congresso Internacional das Cidades Educadoras 2018.

Ponto 1. O Sr. Presidente deu as boas vindas aos senhores e às senhoras conselheiras e cumprimentou os senhores professores Rui Oliveira e José Antunes Ferreira da equipa do Instituto Superior Técnico que ganhou o concurso para adjudicação da elaboração da carta educativa e do plano estratégico educativo municipal e que serão abordados no 5º Ponto da ordem de trabalhos. Seguidamente colocou a aprovação a ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade.

Ponto 2. O Sr. Presidente deu início ao ato de posse dos novos membros do conselho municipal de educação, procedendo à chamada dos titulares dos cargos, de acordo com a composição definida na lei e declarou-os empossados nas suas funções de conselheiros, como a seguir se descreve: Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Jaime Roque Pinho de Almeida; Diretora do Agrupamento de Escolas de Cascais, Dr.ª Isabel Maria Rodrigues de Carvalho.

Ponto 3. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Vereador para introduzir o 3º ponto da ordem de trabalhos relativo ao balanço do início do ano letivo.

O Sr. Vereador cumprimentou os presentes e informou que o Dr. João Bento Vitorino irá partilhar alguns números e alguns indicadores relativos ao início do ano letivo destacando que este ano foi um ano diferente porque foi assinado em junho o contrato interadministrativo de delegação de competências tendo a Câmara antecipado a assunção da competência relativa à gestão do pessoal não docente em quatro meses dado que, em termos formais, só teria de ser assumida em janeiro de 2016. Assim, a Câmara começou a trabalhar com todos os agrupamentos de escola uns meses antes para que em setembro pudesse ter acontecido, em termos de colocação de pessoal não docente, o início de ano letivo mais positivo de há muitos anos a esta parte. Agradeceu por esse facto a colaboração aos diretores de agrupamentos, á senhora Vereadora Paula Gomes da Silva, responsável pelo pelouro dos recursos humanos na Câmara Municipal e aos serviços municipais de recursos humanos e de educação. A terminar referiu ainda que é necessário continuar a trabalhar, em conjunto, nesta matéria de modo a ultrapassar as dificuldades que a contratação e a gestão do pessoal não docente das escolas sempre colocará ainda que a Câmara de Cascais esteja disposta a dar maior estabilidade contratual ao pessoal e a assumir um rácio superior atual.

O Dr. João Bento apresentou uma comunicação, anexa à presente ata, contendo alguns dados relativos ao início do ano letivo, salientando que a Câmara investiu cerca de quatro milhões e cento e setenta mil euros, em 2015, na criação, recuperação e reconversão de espaços escolares, destacando-se a abertura de três novas salas de pré-escolar, respondendo ao aumento da procura deste nível de educação que se expressa, embora de forma irregular, pelo território do concelho. Chamou ainda a atenção, a partir dos dados disponibilizados pela central de matrículas, para a diminuição das vagas ocupadas no 1º ano do ensino básico o que não se verificou nos 5º e 10º anos.

Destacou também, relativamente ao pessoal não docente, que a câmara já colocou 136 assistentes operacionais, o que se justifica, sobretudo, pelas aposentações e mobilidades consolidadas que, consideradas em conjunto com as ausências de longa duração, obrigam a constantes ajustamentos, o que dificulta bastante a gestão. Relativamente ao Plano de Ação Social Escolar destacou que cerca de seis mil alunos do pré-escolar e do primeiro ciclo têm refeições em 51 estabelecimentos de ensino do Concelho e cerca de 1275 alunos de todos os níveis de ensino têm passe escolar, havendo cerca de 75 alunos que têm transporte em circuito especial referiu ainda que, desde o dia 4 de janeiro, a Câmara lançou o programa “lanche escolar” onde estão, neste momento, inscritas e a usufruir de lanche, cerca de 2200 crianças.

O Sr. Vereador reforçou que, no início do ano civil de 2016 foi introduzida pela CMC esta nova medida, dos lanches escolares, que é uma medida inovadora que vem claramente reforçar aquilo que é a resposta da escola às crianças do concelho e se considerarmos que um terço das cerca de 6100 crianças que frequentam o pré-escolar e o 1º Ciclo são crianças do escalão A de Ação Social Escolar, isto significa que cerca de 1990 crianças poderão receber o lanche gratuitamente, dado que o custo é totalmente

suportado pela Câmara Municipal de Cascais que decidiu avançar com a medida mesmo sabendo que não receberia nenhum ressarcimento por parte do Ministério da Educação. Informou também, que para as crianças dos escalões B e C o lanche custa, respetivamente, 25 e 50 cêntimos por dia, portanto bem abaixo do que custaria se fosse comprado pelos pais individualmente e poupando-lhes a necessidade de se organizarem para a preparação. Agradeceu ainda aos agrupamentos de escolas a colaboração nesta iniciativa que, em termos de ação social escolar, a exemplo do que acontece com o pagamento dos passes escolares onde a Câmara não se restringe aos quatro quilómetros de distância estabelecidos na lei e alarga a sua concessão aos trajetos considerados de maior risco, é mais um indicador de que a autarquia vai para além do que determinam as normas e as transferências do estado central nesta matéria.

O Sr. Presidente informou que, no que respeita ao pessoal não docente, já transmitiu instruções à Sr.^a Vereadora Paula Gomes da Silva para que, tendo em conta o aproximar do fim do período dos contratos ao abrigo do acordo que a Câmara tem com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, proceda à abertura de concursos para a sua integração nos quadros de pessoal da CMC. A esse respeito, apelou também à colaboração dos diretores dos agrupamentos para que este período sirva de avaliação dos próprios funcionários a admitir ajudando a incrementar a qualidade, através do pessoal não docente, dentro dos estabelecimentos de ensino. Relativamente aos rácios de pessoal não docente definidos por lei manifestou a determinação da Câmara Municipal em ser bastante rigorosa no seu cumprimento por corresponder ao que ficou estabelecido no acordo de delegação de competências e ao valor em que a Câmara será ressarcida, existindo pouca capacidade para aumentar a despesa, porém, não haverá qualquer oposição á mobilidade do pessoal entre os agrupamentos. A terminar lançou o desafio aos conselheiros, por considerar, apesar da avaliação interna e dos feedbacks positivos, que em movimentos desta natureza há sempre situações que correm menos bem, para identificarem alguns aspetos que necessitem de ser corrigidos.

A conselheira Teresa Lopes alertou, face à impossibilidade de ultrapassar os rácios, para a necessidade de se encontrar um mecanismo para as substituições das ausências de longa duração dado que já há um número significativo de pessoal não docente, nomeadamente de assistentes operacionais que estão em situação baixa por doença de longa ou média duração, sendo que no agrupamento Ibn Mucana se encontram cinco funcionários nesta situação, o que é muito complicado de gerir, sendo que a nível do ministério da educação estas situações eram colmatadas com atribuição de horas de horas de limpeza.

O Sr. Presidente referiu que ele próprio foi confrontado, no início, por ser um processo que, obviamente comportava os seus próprios riscos e mais do que isso comportava o risco de haver uma pequena falha e que essa falha servisse para passar uma imagem de que tinha sido um fracasso quando na verdade estava a ser um sucesso. No início, referiu ainda, não compreendíamos, porque estávamos a cumprir os rácios e mesmo

assim as escolas queixavam-se de haver faltas de pessoal, o que era estranho para quem, como nós, não estava tão presente e tão conhecedor, obviamente, como estão as escolas dos processos de baixas de longa duração. A nossa preocupação era: Estamos a cumprir ou não? Estamos a garantir ou não que as vagas que estavam em falta estão a ser ocupadas? - Estamos! E depois, continuavam as reclamações por falta de pessoal. Nessa altura, referiu ainda o Sr. Presidente, assumi um compromisso, que a Vereadora Paula Gomes da Silva tem como incumbência, dentro de um processo muito mais global que estamos a levar a cabo, porque a própria Câmara Municipal está a passar por um processo de reestruturação muito profundo e com base também nos próprios acordos coletivos de trabalho que assinámos com os vários sindicatos da função pública, de criar uma bolsa que esteja disponível para as falhas de pessoal. Claro que isto vai ter de ser um processo para irmos concretizando em conjunto, porque sendo essa bolsa constituída por pessoal da Câmara não nos obrigará a maior dispêndio financeiro, dependerá de nós, agrupamentos e município, continuarmos a consolidar uma relação de confiança porque, se em determinada altura se justificará porque existe uma baixa prolongada e nós fazemos a cedência das pessoas também, nos terá depois de ser comunicado quando essa baixa deixa de existir para que não vamos acumulando permanentemente.

No que respeita às transformações a decorrer na orgânica da Câmara Municipal, o Sr. Presidente, informou que no princípio do ano foi publicado um novo regulamento de organização dos serviços municipais e que, por via disso, se procedeu às nomeações dos dirigentes no passado dia 4 de janeiro e neste momento já estão abertos numa primeira série, porque serão em duas séries, os concursos para dirigentes. Este é um trabalho exigente que há muito tempo não era feito na Câmara de Cascais porque, neste momento, apenas dois dos dirigentes dos serviços da Câmara foram nomeados após concurso. Paralelamente estamos a proceder à implementação do que ficou conhecido como as “trinta e cinco horas” mas que aqui, no caso da Câmara de Cascais, vai muito para além da manutenção das trinta e cinco horas e foi feito um acordo com os sindicatos que é bastante mais alargado, quer com o STAL quer com a FESAP quer com o LIVRE, uma das coisas que está prevista é que os próprios funcionários da Câmara de Cascais, querendo, possam optar por serem transferidos, não perdendo o vínculo não perdendo as regalias, não perdendo nada mas possam optar por serem transferidos para instituições de serviço público mais próximas de suas casas e portanto pode ocorrer que alguns deles por sua iniciativa possam concorrer para, nomeadamente ir para um dos estabelecimentos de ensino do Concelho e portanto nessas situações não nos teremos de preocupar com o rácio, porque o custo mantém-se e sobre ele temos outro tipo de controlo. Considerou também que temos este semestre para afinar todo um conjunto de procedimentos para que no próximo ano tenhamos ainda uma evolução positiva relativamente ao início do ano escolar, mesmo considerando que a deste ano foi, de facto, bastante positiva na avaliação que fazemos e manifestou a intenção de ter a bolsa constituída pelo menos, até ao final do ano letivo. A terminar a sua intervenção informou que a Câmara de Cascais é das câmaras que tem menor rácio de pessoal por habitante pelo que, comparado com as outras câmaras, não tem pessoal em excesso mas, ainda assim, tem muito pessoal embora, se

contatado, cada diretor de departamento ou chefe de divisão diga sempre que tem falta de pessoal pelo que, há que saber gerir a situação e em consonância com os acordos referidos, quanto mais pessoal estiver disponível para aderir a estes programas, temos outros, como trabalhar a meio tempo, trabalhar em casa, não ter de se deslocar à Câmara para trabalhar, quanto mais aderirem, para nós, melhor porque reduz todo um conjunto de custos paralelos e contribuirá para dar resposta a situações que se vão criando como a das ausências prolongadas e justificadas nos postos de trabalho.

Ponto 4. O Sr. Presidente louvou a iniciativa da Semana da Educação, da responsabilidade do Sr. Vereador Frederico Pinho de Almeida, e o trabalho realizado pela equipa da educação da Câmara e passou a palavra ao Sr. Vereador para fazer um breve balanço da iniciativa.

O Sr. Vereador começou por recordar que foi a segunda edição da semana da educação e considerou que se deram passos positivos dando como exemplos que as iniciativas se realizaram essencialmente, algo que no primeiro ano não tinha acontecido de uma forma tão vinculada, nas escolas e é assim que faz sentido e é assim que se deverá continuar a caminhar, dado que, se é a semana da educação as iniciativas não devem ser no Paula Rego ou no Centro Cultural de Cascais, não devem ser fora da escola, têm de acontecer cada vez mais na escola para os professores para o pessoal não docente e principalmente para os alunos e para os encarregados de educação, tivemos um painel de oradores muito positivo, foi divulgado não vale a pena estar agora, percorrer e a recordar todos os oradores que tivemos a honra de ter conosco, tivemos painéis muito interessantes, com aprendizagens que não deverão ficar confinadas aqueles momentos, devem constituir-se como orientações, até para o plano estratégico educativo municipal, pelo menos para mim e para nós, equipa da educação que queremos envolver alguns dos oradores na elaboração, no pensamento e na reflexão sobre o plano estratégico. Continuou referindo que teve a oportunidade de lançar, na conferência que se realizou no auditório da escola Frei Gonçalo de Azevedo, uma provocação, na altura até para os encarregados de educação, na sequência da intervenção do professor Carlos Neto da Faculdade de Motricidade Humana, que é virmos produzindo cada vez mais uma reflexão conjunta de que os alunos estão tempo de mais na escola, estão tempo de mais sentados numa secretária, numa mesa, estão cada vez mais com conteúdos, mas depois temos uma atitude completamente contrária quando estamos a pensar como é que vamos planear, nomeadamente as atividades extracurriculares e se alguém, seja a autarquia seja um agrupamento seja uma junta de freguesia sugere que sejam tempos mais lúdicos, mais de brincadeira no bom sentido do termo a generalidade dos encarregados de educação querem é pôr mais inglês, querem é pôr mais matérias, mais disciplinas mais conteúdos e portanto, vivemos aqui num paradoxo de ter um discurso mas, depois, na prática acabarmos por fazer exatamente o contrário daquele discurso e das palavras bonitas que circunstancialmente ouvimos e temos e daí sentirmos que é importante

trazer aqui também contributos de alguns especialistas, nomeadamente nestas matérias para nos ajudar a pensar no plano estratégico educativo municipal.

Apelou ainda aos conselheiros para que se fizesse uma reflexão sobre se a Semana da Educação, se deverá manter numa semana, se deverá ser mais condensada no tempo, confessando que, face às expectativas, face à qualidade dos oradores que tivemos, terá ficado algo dececionado com a fraca adesão e participação, reforçou que ficou muito desiludido com a fraca adesão dos pais, a federação das associações de pais esteve presente na generalidade dos painéis ou em todos, não por todos os membros mas esteve presente e registámos isso obviamente com agrado e interesse mas os pais não se mobilizam, não se mobilizaram, pelo menos, é preciso perceber os porquês, fazendo primeiro uma avaliação, não estando a por o ónus do outro lado, percebermos se foi por alguma falha de organização, de comunicação, de horários, tentarmos perceber tudo isso, também o próprio pessoal docente, confesso que também, os senhores diretores e as senhoras diretoras também estiveram na generalidade dos painéis mas mais uma vez, face à qualidade dos painéis, dos oradores, era merecedor de uma maior adesão e portanto nós temos de refletir em conjunto, perceber se uma semana é muito espaçado, se mais vale ter dois dias condensados e isso pode acabar também por facilitar, percebermos em conjunto o que é que podemos alterar para que a Semana da Educação seja ainda melhor, a semana ou os dias.

A terminar o Sr. Vereador referiu ainda que de acordo com as sugestões recebidas, relativamente à gala do ano anterior, este ano, foram homenageados, não só os alunos, mas também os professores e o pessoal não docente.

O Sr. Presidente passou a palavra à representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação, Judite Paulo.

A representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação informou que a fraca adesão dos pais se ficou a dever principalmente aos horários em que decorreram os debates porque é muito difícil aos pais estarem disponíveis às quatro ou quatro e meia na escola, é muito complicado porque quem trabalha até às seis ou sete horas não o consegue fazer. Nesse sentido sugeriu que no próximo ano a divulgação fosse feita mais cedo e as conferências se realizassem mais tarde, a partir das seis ou seis e meia.

O Sr. Presidente agradeceu o contributo e referiu que, de alguma forma, já se estava, também, a chegar a essa conclusão, referiu ainda, no entanto, ter sempre uma perspetiva positiva sobre as coisas e reconhecer que hoje é muito difícil estar-se a pedir a alguém que depois de tudo o mais ainda tenha disponibilidade, é certo que tem a responsabilidade de pai ou de mãe, mas enfim, não vale a pena termos grandes ilusões sobre essa matéria, pelo que, até por experiência de outras instâncias, considerando que, hoje, deveremos valorizar os que aparecem, pois são os verdadeiramente importantes e se começarmos com dois começamos com dois, se começarmos com dez melhor mas não deveremos estar muito preocupados. Por outro

lado, continuou, muitos dos conceitos demoram também a entrar nas pessoas e é preciso que elas tenham tempo e espaço para identificarem o lado positivo do que está a ser realizado e portanto, devemos ir continuando, obviamente melhorando, se é possível mudar o horário, melhor, certamente aparecerá mais gente, não devemos é estar a criar aqui uma expectativa que resulte numa frustração na terceira semana da educação. Manifestou ainda a sua opinião de que se está a conseguir e ir caminhando no sentido de cumprir três grandes desígnios da Semana da Educação: o primeiro é que todos estes movimentos, Semana da Educação, delegação de competências e outros, concorrem para que cada vez mais se vá formando e fortalecendo um espírito de comunidade; concorrem também para se ir reforçando, cada vez mais, a noção de que a escola deve ser o centro da cidadania, se nós não começarmos a formar cidadãos na escola, mais dificilmente os iremos formar como cidadãos mais à frente, recordando que com forte participação da área da educação se tem vindo a trabalhar no Orçamento Participativo que, também, começou com pouca gente e hoje é o maior da Europa sendo que é muito importante que as pessoas vejam nisso interesse, têm de ver gerar confiança; o terceiro desígnio é o da celebração da educação, considerando que é muito importante celebrarmos algo que para nós é bom, algo que para nós é muito positivo pelo nível da importância que todos damos à educação e portanto, estes momentos devem também ser momentos de celebração que são importantes também no tal reforço do espírito de comunidade, no tal reforço da centralidade da escola na cidadania. A este propósito confessou ter-se emocionado ao assistir, na Gala, à performance dos alunos da Orquestra Juvenil da Frei Gonçalo de Azevedo a tocar música clássica, dado que conhecendo bem a própria freguesia, conhecendo bem o contexto, do ponto de vista social, seria muito difícil imaginar que há ali miúdos a integrar uma orquestra juvenil e, de facto, foi também um momento de celebração, ao ponto de e parece-me também que é importante, ter sido criada na Gala, na Semana da Educação, a oportunidade de no próximo concerto da Orquestra Sinfónica de Cascais que vai ser no sábado, dia 16, todos os miúdos estarem convidados para ir assistir a um concerto de uma orquestra sinfónica que será uma percentagem ínfima dos cidadãos que têm esse gosto, essa oportunidade, essa possibilidade.

Ponto 5. O Sr. Presidente reforçou que da sua parte e da parte da Câmara, existe um interesse especial nesta matéria estratégica e que certamente quer o Sr. Professor Rui Oliveira quer o Sr. Professor José Antunes Ferreira irão superar as expectativas, apelando, para que isso se torne realidade, à forte colaboração de toda a comunidade escolar a começar, obviamente, pelos agrupamentos. Referiu ainda que enquanto município, estamos todos muito interessados no sucesso da formulação, quer da carta educativa, quer obviamente, do plano estratégico educativo municipal e pela sua parte, sem querer condicionar o estudo, tem sobre essa matéria uma grande preocupação que tem a ver com as alterações demográficas que têm um reflexo brutal nas nossas escolas e que poderão corresponder também a muitas decisões estratégicas a médio e longo prazo para o município.

Pedi a palavra o Sr. Vereador para partilhar com as senhoras e os senhores conselheiros, que no passado dia sete, quinta-feira reuniu a comissão permanente do

Conselho Municipal de Educação da qual fazem parte a Câmara Municipal de Cascais, os diretores dos agrupamentos de escolas e dois representantes dos pais e encarregados de educação tendo lá sido apresentada a proposta do Instituto Superior Técnico com a introdução de alguns aspetos sugeridos por nós, que considerámos relevantes, para recolher os seus contributos pretendendo-se agora, não apenas proceder a uma apresentação mas a uma verdadeira partilha apelando a que, sendo a última oportunidade, porque se fechará hoje a discussão sobre a proposta de metodologia de trabalho, sejam apresentados contributos, sugestões, críticas, de modo a não esperarmos por chegarmos depois ao final do caminho e alguém poder dizer, o resultado não é o melhor porque a metodologia não foi bem definida.

O Prof. Rui Oliveira cumprimentou os presentes e constatou a presença de muitas caras conhecidas, tanto da semana da educação, como da comissão permanente, pelo que, alertou para a possibilidade de haver algum elemento de repetição pelo qual pediu desculpa, mas que foi inultrapassável. Continuou referindo ser esta uma oportunidade singular para, de algum modo, celebrarmos o ano de 2016, como sendo o ano da educação em Cascais, o desenvolvimento da carta educativa e do plano estratégico municipal corresponde a uma oportunidade singular para que discutamos estas questões absolutamente centrais no desenvolvimento de qualquer concelho, qualquer município saudando a Câmara Municipal de Cascais pela iniciativa. Em seguida, referiu que o trabalho vai ser coordenado por si, professor no Instituto Superior Técnico no Departamento de Engenharia Civil Arquitetura e Geo Recursos, através de um centro que é o Centro de Sistemas Urbanos Regionais, que é o centro de investigação que de há muito tempo se vem dedicando a estas problemáticas, onde se juntam, no CESUR, três tipos de valências, pessoas ligadas ao urbanismo e ao planeamento regional e urbano, pessoas ligadas aos transportes e pessoas ligadas ao sistema e à gestão e otimização, sendo que, do sistema, pertence a este último grupo e será o coordenador geral do projeto, ajudam-no nessa coordenação o Professor Antunes Ferreira que é da área do urbanismo e que terá a seu cargo os aspetos ligados ao enquadramento territorial, no que diz respeito ao plano estratégico educativo, será o Professor Jorge Gonçalves, que não está presente, esteve no passado dia sete, por dificuldades de agenda. Continuou dando conta de que iria falar da experiência do CESUR no desenvolvimento de cartas educativas, do conceito de carta educativa e dos seus objetivos, do planeamento dos trabalhos acordados com a Câmara Municipal, da metodologia de trabalho e, particularmente importante, sobre a estratégia de participação e de comunicação. No primeiro tema, portanto, relativamente à experiência, o CESUR está envolvido na elaboração antes de 2003, daquilo a que se chamavam cartas de equipamentos escolares, ressaltou, logo em 97, a Carta de Equipamentos de Lisboa, e depois em variadíssimos outros concelhos e também com uma intervenção em Timor Leste no planeamento de redes escolares de Timor Leste. A partir de 2003, portanto quando saiu a legislação relativamente à carta educativa, e foi sobretudo a partir de essa altura que se envolveu ele próprio nestas temáticas nas quais tem vindo a trabalhar, trabalharam de norte a sul do país, sendo de origem transmontana, foi fazer a carta educativa do concelho onde nasceu, do concelho onde andou na escola primária, do concelho onde fez a escola secundária, foram

responsáveis pela elaboração de cartas educativas de norte a sul do país, desde o interior até ao litoral e, portanto, são detentores de uma experiência, muito rica e diversificada e que corresponderá também, a uma mais-valia para o trabalho a desenvolver em Cascais. Relativamente ao conceito e ao que são os seus objetivos começou por fazer uma breve referência ao que enquadra a carta educativa, que é o decreto-lei 7/2003, que define a carta educativa como sendo um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho. Nesse sentido, sublinhou que a ênfase é muito de volta dos equipamentos, ou seja, há uma ênfase um bocadinho infraestrutural, mas, servindo aqui propósitos de satisfazer as necessidades das populações residentes e ligar isto a um quadro demográfico e de desenvolvimento económico de cada município. Nos seus objetivos, continuou, a carta educativa visa assegurar a adequação de redes de estabelecimentos desde a educação pré-escolar a ensino básico e secundário de forma a satisfazer as ofertas educativas a nível municipal de modo a que estas respondam aquilo que são as necessidades efetivas de cada município. Também é propósito que a carta educativa reflita a nível local aquilo que são os processos de ordenamento de nível mais global, o nível nacional e, portanto, também regional. Dado que a apresentação foi entregue previamente, aproveitou a oportunidade, até por causa das pessoas que já assistem pela terceira vez à apresentação, para passar por cima de algumas etapas remetendo para a consulta do documento disponível, particularmente nos aspetos de enquadramento. Continuando a análise, referiu também que, a carta educativa, deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, estando este aspeto de certo modo datado, temos de recuar a 2003, dado que este é um processo que hoje está relativamente consolidado. Realçou também que a carta educativa deve ter uma visão prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo a médio e longo prazo e que há também uma insistência que a carta educativa esteja em coerência com a política urbana do município, portanto, há aspetos de articulação com aquilo que são as políticas urbanas do município e esses aspetos devem ser, também, devidamente cuidados. A carta educativa é um instrumento setorial de planeamento, continuou, e tem de ser desenvolvido claramente em articulação com aquilo que é a estratégia do município e esse é um propósito central que nos anima, uma ideia força para estes desenvolvimentos. O sistema educativo é um pilar fundamental do desenvolvimento de qualquer concelho e portanto a articulação com aquilo que são os objetivos estratégicos deste município e que estão, nomeadamente no seu PDM e noutros instrumentos de planeamento, essa articulação tem de ser assegurada, dado que, a carta educativa é uma peça integrante do PDM que na recente revisão inclui ainda a carta educativa anterior. Em seguida, relativamente ao plano de trabalhos, referiu que o de acordo com o que foi acordado com a Câmara de Cascais, hoje é o dia de arranque formal dos trabalhos e a meta é termos estes trabalhos concluídos em outubro do próximo ano criando um interregno durante o mês de agosto que é o mês, durante o qual, a interação não se consegue praticamente trabalhar e portanto, temos praticamente nove meses de trabalho que é o que estava previsto em termos do caderno de encargos. O desenvolvimento do projeto é feito, tal como estava aliás no caderno de encargos, em quatro fases, uma primeira de enquadramento e contextualização, terá uma duração de trabalho efetivo

da ordem das oito semanas, esperamos terminá-la lá para inícios de março, uma fase 2 de enquadramento territorial também com uma duração de cerca de oito semanas, uma terceira fase dedicada ao diagnóstico estratégico e finalmente uma quarta fase onde estarão as partes propositivas da carta educativa. Assim, continuou, em termos de desenvolvimento temporal, arrancamos hoje, formalmente, com a fase 1, esperamos tê-la concluída dentro de oito semanas em paralelo com a fase 1, foi isso que propusemos à Câmara, não em sequência, fazer em paralelo também a fase 2, com um ligeiro desfasamento de tal modo que terminemos a fase 1 e 2 em março, enfim, a data prevista é 21 para a submissão formal do relatório respetivo da fase 2. Criámos um período de cerca de 15 dias para a apreciação desses relatórios, por parte da Câmara, do Conselho Municipal de Educação, na altura faremos uma apresentação desses relatórios com discussão dos mesmos e depois arrancamos em início de Abril com a fase 3, portanto, dedicada ao diagnóstico estratégico que esperamos ver terminada em fins de junho e esta foi uma das razões porque puxámos um bocadinho estas coisas para diante porque junho não era uma altura boa para fazermos plenamente essa discussão com o avanço de propostas e portanto, decidimos puxar a realização da fase quatro apenas para setembro. A fase quatro, desenrola-se durante o mês de setembro e outubro de modo a que a meta seja de termos concluído estes trabalhos por finais de outubro. Deste modo, continuou, faria agora uma pequena incursão fazendo referências muito breves à metodologia que está proposta em termos do que são os conteúdos de cada fase, portanto a fase 1, como dissemos é uma fase de enquadramento e contextualização, onde faremos um levantamento e análise do quadro legislativo e orientador para estas problemáticas. Far-se-á uma perspetivação das relações entre os atores neste processo de transferência de competências na área da educação, faremos uma análise e uma reflexão das experiências com a carta educativa anterior e do seu grau de realização para percebermos um bocadinho o que é que eventualmente poderemos fazer melhor para diante, apercebermo-nos daquilo que ainda ficou por fazer e que haja necessidade de desenvolvimento, uma análise e um levantamento das experiências acumuladas nas áreas de competência municipal neste âmbito da educação bem como o levantamento de rede existente e lançaremos um conjunto de inquéritos aos agrupamentos pelo que, renovou o apelo de colaboração aos agrupamentos no sentido de que esses elementos vão sendo preenchidos. Referiu também que, em paralelo com a fase 1 e sob coordenação do professor Antunes Ferreira, serão desenvolvidos aspetos de enquadramento territorial, a análise e integração do concelho na região, olhando para o que foram as transformações demográficas neste período desde 2001 até hoje, os movimentos pendulares intra e inter concelhos, uma análise do sistema de povoamento e da rede urbana e uma caracterização funcional do concelho, portanto procurando encontrar elementos de análise territorial que sirvam também de suporte às estratégias na área da educação, tendo em atenção o PDM e outros PMOT's. De particular importância, realçou, é a fase três, onde vamos fazer o diagnóstico estratégico e aqui temos três grandes domínios de trabalho, um primeiro que tem a ver com olharmos para aquilo que são diagnósticos estratégicos, o PDM, o diagnóstico social e os princípios orientadores que emanam dos planos municipais de ordenamento do território, uma segunda vertente que tem a ver com a análise e a

caracterização do que é a situação hoje e do que foi a evolução recente da oferta e da procura de ensino no concelho de Cascais e do que tem sido o seu desempenho e finalmente uma terceira etapa que tem a ver com a construção, quer-se aqui adotar, sendo essa também outra ideia chave para o desenvolvimento, uma visão prospetiva, olhar para diante e, nessas circunstâncias, importa desenvolver cenarizações para o futuro e, com base nessas cenarizações, desenvolver diagnósticos estratégicos de modo a que possamos preparar o sistema educativo de Cascais, não só para o que são os desafios de hoje mas, também, para o que são os desafios de amanhã e o que importa aqui é sobretudo olhar para o que o futuro nos reserva. No que diz respeito ao aspeto 2, de análise e caracterização da situação atual e análise da situação do passado recente do sistema educativo, caracterizaremos os equipamentos educativos nas suas diversas vertentes de capacidade, de estados de conservação, etc., etc., analisaremos a situação da procura, da oferta e do desempenho do sistema, usando variadíssimos indicadores, olharemos para as áreas de apoio à família e ação social escolar, o transporte escolar, o que é a oferta a nível do ensino secundário, o projeto da escola a tempo inteiro e esta será também uma ocasião para recolhermos opiniões e contributos dos diversos atores, dos diversos agentes, enfim, daquilo que é habitual designar pelos stakeholders cuja participação e envolvimento estamos empenhados em garantir, faremos uma análise SWOT, portanto, pontos fortes, pontos fracos, o que são oportunidades, o que são ameaças para o sistema educativo e, numa atividade também paralela áquilo que tem a ver com a carta educativa e com o plano estratégico educativo municipal, teremos também, por obrigações contratuais, de apresentar uma proposta de reorganização dos serviços municipais na área da educação e portanto, também nesta altura, essa análise e diagnóstico serão desenvolvidos. Reforçou que esta é uma análise que será baseada em estudos demográficos, em dados que obteremos do instituto nacional de estatística, também aquilo que são estatísticas regionais da educação mas, também, os elementos que recolheremos através dos inquéritos que vamos lançar em breve às escolas, de modo a recolhermos elementos que nos permitam construir uma descrição e uma caracterização adequada do sistema educativo e do que tem sido a sua evolução em anos recentes, com indicadores diversos, taxas de escolarização ou de ocupação, daquilo que são rácios interessantes para suportar esse diagnóstico, mas, como se referiu, interessa-nos sobretudo fazer uma análise prospetiva e nesse sentido vamos desenvolver exercícios, arriscando o nosso pescoço, como é habitual, sempre que temos de fazer projeções, vamos procurar fazer aqui projeções demográficas perspetivar o que podem ser cenários de evolução da procura futura no concelho de Cascais, apercebemo-nos já na reunião de dia sete que vamos ter de partir aqui praticamente do nada uma vez que no âmbito do PDM esse exercício não terá sido desenvolvido, portanto vamos fazê-lo agora. Analisaremos a oferta e a procura e a sua evolução desde 2011 de modo a que construamos cenários prospetivos da procura de ensino, que possamos fazer o casamento entre o que são as perspetivas de procura futura e o que é a oferta para o sistema tal como existe hoje e com as capacidades e as características que tem de modo a que possamos claramente identificar as problemáticas às quais temos que dar resposta e essas respostas surgirão na fase 4 que é a fase propositiva onde para além de fazermos a análise aos contributos que recebamos em fase de diagnóstico

estratégico de modo a integra-lo, vamos claramente fixar aqui objetivos e critérios para o desenvolvimento dos planos, olharemos se tal se revelar necessário para o que será a reconfiguração dos territórios educativos atualmente existentes e enfim, as diversas propostas que visam adequar a oferta áquilo que são as perspetivas de oferta futura e tendo em vista melhorar o desempenho educativo, teremos certamente oportunidade de pensar em estratégias os recursos que são necessários, calendarizar essas intervenções e pensar nas formas de as financiar e também, uma peça a desenvolver nessa altura, propor estratégias de monitorização da carta. Referiu ainda que, todas as pessoas que estão envolvidas em planeamento sabem que o plano está desatualizado na hora em que o terminámos, há que introduzir nestas ações de planeamento, isto não é um ato, é um processo e portanto teremos de ter adequados mecanismos de monitorização da carta educativa para que o plano que tracemos seja um plano dinâmico, adaptativo, consoante se materializem ou não os cenários prospetivos que fomos construindo, e portanto, importa ter mecanismos de monitorização e de ajustamento dos conteúdos da carta educativa com caráter permanente e esse também é um elemento que iremos aqui desenvolver. Sublinhou também que a carta educativa que vamos desenvolver é uma carta educativa de segunda geração, as cartas educativas de primeira geração, e a carta educativa de Cascais de 2003, que já tivemos oportunidade de olhar para ela, ainda sem grande pormenor de análise, era uma carta que incidia sobretudo na vertente de hardware, de equipamentos, nós estamos agora com um desafio que é também de olhar para os aspetos de software e dá-se aqui a circunstância feliz e por isso saúdo a Câmara Municipal de Cascais por ter tomado essa iniciativa de, em paralelo, se estar a desenvolver o plano estratégico educativo municipal, pôr-se-ia sempre aqui a questão de saber o que é que deveria ser primeiro, se a carta educativa se o plano estratégico, pouco importa, a opção foi esta eles vão ser desenvolvidos em paralelo e daí também resultam algumas virtualidades, portanto, as intervenções que queremos fazer serão não só ao nível do hardware, portanto, das instalações, do que é o apetrechamento das escolas, do que são os equipamentos educativos mas também, do lado do software visando a elevação das ofertas educativas e certamente ir ao encontro daquilo que são as necessidades deste concelho nas suas diversas vertentes, olhar para aquilo que são aspetos organizativos, aspetos gestionários e portanto olhar também para o software e portanto, aqui o desafio é ter uma carta educativa de segunda geração e certamente que estamos empenhados nisso, até porque insisto, em paralelo, é desenvolvido o plano estratégico educativo municipal em que os elementos que suportam o desenvolvimento da carta educativa são os mesmos que suportarão o desenvolvimento do plano educativo municipal, no que diz respeito, nas fases I, II e III os elementos de diagnóstico serão os mesmos, na fase IV a elaboração da proposta do plano estratégico, certamente fixará uma visão, fixará desígnios, fixará objetivos para o que é o sistema educativo, sendo que, terá de estar em estreita articulação com aquilo que são as prioridades estratégicas definidas para o Concelho. Serão explicitados os vetores estratégicos e as linhas de ação definidas, metas e indicadores para a melhoria do desempenho educativo, as ações que importa desenvolver e a sua calendarização, cuidaremos também, e este é um aspeto vital num concelho que tem a característica de ter uma oferta privada e também cooperativa e solidária com um peso muito

significativo e portanto há que cuidar também dos aspetos de articulação com aquilo que é a oferta pública e aquilo que são as vertentes particulares cooperativas e solidárias. O plano estratégico cuidará também dos aspetos do desenvolvimento de componentes locais do currículo que importará tratar, e finalmente, uma outra tarefa que temos tem a ver com o tal modelo de reorganização dos serviços municipais que também, obviamente, nesta fase IV será apresentada. A terminar debruçou-se sobre a estratégia de comunicação e participação, porque, claramente, a terceira ideia força, relativamente ao desenvolvimento do projeto, é a de haver uma envolvimento de todos os atores, de todos os stakeholders, ligados a esta problemática da educação. Então, pensámos numa estratégia que assenta em quatro vetores principais, sessões de trabalho com o conselho municipal de educação, e aqui estamos, com esta primeira iniciativa de lançamento do projeto, teremos mais três momentos de interação com o conselho municipal de educação, quando terminarmos as fases um e dois, para discussão dos relatórios respetivos, quando terminarmos o diagnóstico estratégico, para discussão desse diagnóstico e finalmente quando tivermos preparadas as propostas para discussão dessas propostas e das ações que estão previstas, portanto, quatro momentos de interação com o conselho municipal de educação, pensámos também realizar sessões de trabalho, workshops, com agentes de intervenção educativa e de outros setores, pensamos ter duas vagas de quatro workshops, uma primeira vaga voltada para o diagnóstico, uma segunda vaga, mais tarde quando for da preparação das propostas, dois workshops, dedicados a atores do sistema educativo, um público, outro privado, um workshop dedicado a agentes dos setores económico, cultural, desportivo e social de Cascais e finalmente um quarto setor ligado mais aos agentes políticos, digamos assim, autarcas, quer da Câmara Municipal quer das Juntas de Freguesia e portanto faremos isso em dois momentos, suportar o diagnóstico e depois preparar as propostas, para além disso temos previstas três sessões públicas, abertas à comunidade, e em paralelo com isto, teremos de montar mecanismos de participação que habilitem qualquer indivíduo, qualquer instituição, para o poder fazer, nomeadamente recorrendo à internet, serão estabelecidos canais apropriados e instrumentos de maneira que qualquer pessoa, qualquer entidade, possa apresentar os seus contributos as suas reflexões as suas críticas através da internet, vamos montar, com a Câmara Municipal, esse processo, estas sessões públicas, ocorrerão em três momentos, serão abertas à comunidade em geral, uma para a comunicação inicial do projeto, uma sessão semelhante aquela que aqui está, onde, basicamente, será dar conta que o projeto está em desenvolvimento, apelar à participação da comunidade cascalense e iniciar aí os processos de auscultação pública e de recolha de contributos. Teremos ainda, uma comunicação intermédia quando terminar o diagnóstico, para apresentação dos elementos de diagnóstico, portanto, das problemáticas que foram levantadas, das questões que foram suscitadas, com segundo apelo à participação pública e, finalmente, um terceiro momento de comunicação final do projeto para apresentação dos resultados e eventualmente recolher aquilo que possam ser reações em relação ao mesmo. Por último reforçou as três ideias força para o desenvolvimento do projeto: o sistema educativo como pilar de suporte das estratégias de desenvolvimento do concelho, assegurando a articulação com os instrumentos de planeamento estratégico, nomeadamente com o PDM e colocando o sistema

educativo ao serviço das populações, atendendo aquilo, que são os seus desígnios, os seus desafios, as suas exigências, não só hoje, mas para o futuro; segunda ideia força, uma visão prospetiva, atendermos aquilo que são evoluções previsíveis com a cenarização que possamos fazer e se olharmos para aquilo que são as necessidades que resultam das evoluções demográficas das dinâmicas urbanas que existam e os reflexos que isso tem no desenvolvimento económico do concelho e na procura de ensino e naquilo que são as necessidades formativas que vão ao encontro dos requisitos e necessidades dos cascalenses e, também, pensarmos que temos de ter soluções flexíveis, que sejam adaptáveis e que tenham a resiliência necessária para os abalos que certamente o futuro nos reserva e, finalmente, a terceira ideia força, o desenvolvimento participativo apelando aqui à participação de todos, do Conselho Municipal de Educação, das Escolas, mas também da população cascalense em geral e é se quiserem, este o desafio que nos é colocado a todos, aqui particularmente no conselho municipal de educação, também a nós, equipa, que vamos estar envolvidas neste desenvolvimento e, certamente, também a Câmara Municipal e, portanto, pode partir daqui aquilo a que no passado dia sete chamei de “propagar a boa nova” estando nós aqui todos empenhados em que o ano de 2016 seja o ano da educação em Cascais.

O Sr. Presidente abriu o debate passando a palavra ao conselheiro Raúl Filipe.

O conselheiro Raúl Filipe, referindo que a leitura do Decreto-Lei 7/2003 dá a noção de que estas cartas se dedicam essencialmente ao ensino não superior, mas, considerando que se vai trabalhar de uma forma prospetiva e pretendendo-se que a maior parte dos alunos venham a aceder ao ensino superior, manifestou a total disponibilidade e abertura, da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, para colaborar com a equipa, reunindo e tomando parte dos trabalhos.

O Prof. Rui Oliveira respondeu que, embora não tendo cobertura nos slides, também os aspetos relativos à oferta de ensino superior têm tratamento previsto no caderno de encargos.

O Sr. Presidente reforçou a ideia de que, de facto, nós estamos num bom momento, porque, não só temos o Plano Diretor Municipal aprovado recentemente, tem meses, e há todo um conjunto de compilação de dados de pensamento estratégico que está fundado na Câmara, ao mesmo tempo, estamos a fazer um diagnóstico social do concelho que certamente também vai carrear muitos dados e muita informação que permitam uma análise mais profunda, estamos também com o plano estratégico de promoção da saúde que poderá contribuir nesse sentido, referindo que tem para si que haverá alguns momentos que vão ser disruptivos em relação aquilo que é o conhecimento do Concelho os quais teremos de ter em conta. Deveremos ter em conta, também, a componente do ensino técnico profissional, a que estamos a dar um enfoque grande a partir de Cascais e o ensino superior, não só aquele que já existe no Concelho, que são, nomeadamente, as Escolas Superiores de Hotelaria e Turismo do Estoril e de Saúde de Alcoitão mas, também, o que se perspetiva para breve, como o projeto da Nova School of Business and Economics e um outro, que ainda não é

conhecido mas estamos a desenvolver todos os esforços para que se concretize. Por outro lado, referiu também, existe a possibilidade da carta educativa, ao contrario do que aconteceu com a de 2003, que foi muito o que é que era preciso fazer, começar a definir o que é que é vai ser preciso fechar, estando a chamar isto à coação porque sinto o Concelho desequilibrado, por via, exatamente, de mau planeamento no passado, estamos neste momento com zonas onde existe falta de equipamentos escolares e com outras com excesso de equipamentos. Esta circunstância transporta prende-se igualmente com aquilo que para nós tem sido uma preocupação que é o combate às assimetrias existentes no concelho de Cascais que ainda são grandes e se conseguem perceber ainda de uma forma mais clara na área da educação. Continuou referindo que há duas matérias disruptivas que acredita que vão concorrer muito positivamente para a carta educativa, uma tem a ver com toda a política de mobilidade que vai muito para além do transporte escolar, enfim há uma política que vai ser desenvolvida de mobilidade em geral e irá começar a ser implementada ainda antes do fim dos estudos e a outra tem a ver com as cidades inteligentes que, acredita, vão favorecer a comunidade em geral como é óbvio mas vão ter uma forte presença também no ambiente escolar. Portanto, estas duas matérias, que são um pouco disruptivas em relação ao que é normal, têm essa ordem de interesse, do mesmo modo, decorrerá necessariamente da carta e da estratégia a identificação de necessidades e oportunidades tendo em conta as infraestruturas ou já as estruturas de equipamentos existentes como a própria estrutura verde municipal e é importante perceber como é que elas casam e como é que podem ser potenciadas, como muitas outras redes que temos também no município. A terminar manifestou a intenção de acompanhar esta matéria com bastante presença porque constitui uma das áreas estratégicas para a Câmara e que terá um impacto, assim o espera, muito positivo, no futuro, a médio e a longo prazo.

Pediu a palavra o Sr. Vereador para recordar um ponto, em termos de metodologia, que ficou acordado com a equipa do Instituto Superior Técnico que é, para além de todas as fases apresentadas, envolvendo todos os atores educativos, serão ainda realizadas entrevistas individuais com cada um dos diretores de agrupamento de escolas.

Pediu a palavra o Sr. Prof. Antunes Ferreira referindo, na sequência da intervenção do Sr. Presidente, que considerou muito importante, dado que se está a falar de um tipo de equipamento que não pode ser separado do sistema urbano em que ele se insere, com todas as suas funções, com as funções dos outros equipamentos que são complementares destes, com as problemáticas relacionadas com a utilização, os usos, que são compatíveis ou não com este tipo de equipamento, que tem a ver com uma política de mobilidade que, ainda bem que o Sr. Presidente referiu, é fundamental para este tipo de abordagens, porque as pessoas têm de se deslocar, mas deslocar com segurança, eficiência e eficácia e isso é o que decorre da politica de mobilidade e tem a ver também, como não pode deixar de ser com a própria hierarquia do sistema urbano que, com certeza, está a imanar do Plano Diretor Municipal, essa hierarquia tem de estar diretamente relacionada com as propostas que vierem a decorrer desta Carta

Educativa, porque estas opções têm de ser nitidamente coerentes, eu não posso ter uma hierarquia do sistema urbano que contempla a fixação da população em determinados centros urbanos associada a uma hierarquia da rede viária que serve essa hierarquia do sistema urbano e depois ter uma Carta Educativa que não contempla e que não é inserida diretamente dentro dessas estratégias. É muito importante pois, que o Sr. Presidente tenha aberto esta perspetiva de integração da problemática da educação e do equipamento educativo, na problemática muito complexa que é o sistema, propriamente dito, o sistema urbano do concelho de Cascais.

O Sr. Presidente reforçou que tudo o que sejam expressões como, participativo, colaborativo, se deverão usar e abusar em Cascais porque há um clima nesse sentido que nós gostamos de também de fomentar.

Ponto 6. O Sr. Presidente colocou a votação o regulamento eleitoral para eleição dos representantes do Pessoal Docente tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 7. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Vereador para apresentar a intenção de candidatura da Câmara de Cascais à organização do Congresso Internacional das Cidades Educadoras 2018 e a respetiva proposta de parecer do Conselho Municipal de Educação.

O Sr. Vereador referiu que, Cascais tem intensão de apresentar candidatura à realização do Congresso Internacional das Cidades Educadoras que ocorrerá em 2018, referiu ainda que estes congressos já se realizam desde 1990 tendo começado em Barcelona que é a única cidade onde já se realizaram dois congressos. Dado o prestígio destes congressos que são realizados em todo o mundo, por todos os continentes, considerou que seria para todos nós, uma honra, um orgulho, não só termos Cascais no mapa, como, sermos o centro da educação no ano 2018. Informou que, formalmente, a apresentação da candidatura terá de ser acompanhada do parecer favorável do Conselho Municipal de Educação e apelou aos conselheiros, se assim o entendessem, para votarem, favoravelmente, a proposta apresentada que, depois, será ainda votada em reunião de Câmara.

O Sr. Presidente, ainda antes de colocar o parecer a votação, informou que, neste tipo de candidaturas, é muito difícil que se ganhe à primeira, normalmente, de acordo com a sua experiência, consegue ganhar-se à terceira, nós ganhámos a “Capital Europeia da Juventude” à segunda e, por sua vez, também fomos concorrentes e continuamos concorrentes, à “Capital Europeia da Cidadania”, independentemente de sabermos que não ganharíamos porque era a primeira vez que estávamos a concorrer e, ainda para mais, em 2015, essa capital foi Lisboa, ainda assim, dada a qualidade da proposta, estiveram para abrir uma exceção e permitir a existência de duas capitais europeias.

Colocada a votação, a proposta de parecer foi aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi dada por encerrada, tendo sido dela lavrada a presente ata que vai ser assinada pelos membros presentes e por mim que secretariei.

O Presidente da Câmara Municipal

O Presidente da Assembleia
Municipal

O Vereador com o pelouro da Educação

Presidente da Junta de Freguesia de
São Domingos de Rana

Representante do Ministério da Educação e
Ciência

Diretora do Agrupamento de Escolas da Alapraia

Diretor do Agrupamento de Escolas de
Alcabideche

Diretor do Agrupamento de Escolas de Alvide

Diretor do Agrupamento de Escolas de
Carcavelos

Diretora Interina do Agrupamento de Escolas de
Cascais

Diretor do Agrupamento de Escolas da Cidadela

Diretor do Agrupamento de Escolas Frei Gonçalo
de Azevedo

Diretora do Agrupamento de Escolas Ibn Mucana

Diretora do Agrupamento de Escolas Matilde
Rosa Araújo

Diretor do Agrupamento de Escolas de Parede

Diretor do Agrupamento de Escolas de São João
do Estoril

Diretor da Escola Salesiana de Manique

O representante das instituições de ensino superior público

O representante das instituições de ensino superior privado

O representante do pessoal docente do ensino secundário público

O representante do pessoal docente do ensino básico público

O representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário privados

Os representantes das associações de pais e encarregados de educação

O representante das associações de estudantes

O representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvem atividade na área da educação

O representante dos serviços públicos de saúde

O representante dos serviços de segurança social

O representante do Centro de Emprego e Formação Profissional

O representante dos serviços públicos da área da juventude e desporto

O representante das forças de segurança

O Secretário
